

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ALTERNATIVA VIÁVEL PARA LEVAR O CONHECIMENTO ÀS COMUNIDADES CAMPONESAS

DISTANCE EDUCATION AS A VIABLE ALTERNATIVE TO BRING KNOWLEDGE TO PEASANT COMMUNITIES

Edna de Almeida Lima Silva¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a educação a distância como alternativa viável para levar o conhecimento às comunidades camponesas, ou seja, as escolas da zona rural. Para tal fim, foram utilizadas como fonte de pesquisa artigos, publicações em jornais e/ou entrevistas sobre a temática, levando em consideração o aspecto central que é a realização de comentários sobre as necessidades de investimentos em Educação, em especial no que se refere à educação dos povos do campo, onde o desafio apresenta-se de forma mais intensa e exigente por parte dos professores e alunos. Portanto, esse estudo buscou ter uma compreensão mais significativa da Educação a Distância - EaD como alternativa para levar o conhecimento às comunidades rurais, numa tentativa de contribuir por um mundo com oportunidades iguais e humanitário para toda sociedade. Por fim, promoveu-se uma reflexão sobre a realidade da educação que vem sendo ofertada, as oportunidades de acesso à educação proporcionada às comunidades rurais, principalmente os seus desafios.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância. Conhecimento. Comunidades Rurais.

ABSTRACT

The present work aims to present a reflection on distance education as a viable alternative to bring knowledge to peasant communities, that is, schools in rural areas. For this purpose, articles, publications in newspapers and/or interviews on the subject were used as a source of research, taking into account the central aspect that is the realization of comments on the needs of investments in Education, especially with regard to the education of rural people, where the challenge is more intense and demanding on the part of teachers and students. Therefore, this study sought to have a more significant understanding of Distance Education - Distance Learning as an alternative to bring knowledge to rural communities, in an attempt to contribute to a world with equal and humanitarian opportunities for all society. Finally, a reflection was promoted on the reality of education that has been offered, the opportunities for access to education provided to rural communities, especially their challenges.

KEYWORDS: Distance Education. Knowledge. Rural Communities.

¹ Mestra em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Aprendizagem e Autoria na Educação Infantil e Ensino Fundamental (Universidade Estadual do Maranhão – UEMA). Graduada em Pedagogia – (Faculdade Reunida). **E-mail:** edna-almeida-lima@hotmail.com. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/2133031003492760

INTRODUÇÃO

Levar educação ao meio rural, sempre foi um desafio, desde os tempos em que algumas escolas foram inseridas em áreas rurais onde existe um determinado adensamento populacional que permitia a sua instalação. Quando se pensa em oferecer uma educação de qualidade, conteúdos atualizados e utilizar mecanismos e ferramentas modernas, o desafio nesse cenário se torna ainda mais intenso. É emergencial que se faça reflexões sobre novas alternativas capazes de proporcionar uma inclusão educacional ao maior contingente de pessoas que residem nesse meio, ou seja, na zona rural. Dessa forma, a Educação a Distância, aparece de forma promissora, sendo esta referenciada pela sigla EaD, apresenta-se como uma solução importante e que merece ser apreciada com atenção pelos órgãos competentes (ARAÚJO; JORGE, 2015).

Sendo assim, é preciso se questionar: existe de fato, um interesse dos sujeitos envolvidos (governos, movimentos sociais, ONG's e comunidades rurais) na manutenção de uma estrutura educacional no campo? A Educação a Distância é considerada, pelas partes que foram pontuadas, uma alternativa viável para levar conhecimento às comunidades rurais? Existe infraestrutura suficiente para proporcionar de fato essa modalidade EaD?

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar uma reflexão sobre a educação a distância como alternativa viável para levar o conhecimento às comunidades camponesas, sobretudo, as escolas da zona rural. Com a finalidade de identificar as oportunidades de acesso à educação para pessoas da zona rural, foi realizada uma análise bibliográfica sobre a realidade da educação que vem sendo oferecida junto às comunidades rurais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação rural nasce a partir de uma visão paternalista, ou seja, onde o senhor das terras constrói uma escola a fim de ensinar os filhos de seus empregados dentro da visão lúdica que se teve por muito tempo, de que existia uma professora com pouco conhecimento iria ensinar as crianças, ocasionando um ciclo de aprendizagem muito raso. Assim, esse modelo está muito ligado ao modelo de dominação do coronelismo, em uma relação de dominação total e absoluta. “Trata-se de uma mobilização em favor de levar o ensino às populações rurais, seja ele em salas multisseriadas com professores para atender alunos de séries e idades diferentes, ou pela dificuldade de deslocamento de muitos professores, por isso não têm formação adequada, portanto, uma educação fundamentada somente no aprendizado do ato de ler, escrever e fazer conta” (SIMÕES; TORRES, 2011, p.02-03).

A Educação Rural conceitualmente como a temos hoje passou a ser mais evidente no território brasileiro a partir de 1900, quando os processos migratórios campo-cidade foram vistos como empecilho para o desenvolvimento do país, ao ponto desse modelo educacional ser usado como instrumento para conter essas migrações (ARAÚJO; JORGE, 2015).

“A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910 - 1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo” (LEITE, 1999, p. 28)

No decorrer da história do Brasil, a educação foi uma das maiores preocupações das Constituições elaboradas, porém o papel desta foi se modificando ao longo do tempo. “O crescimento do número de escolas rurais realizou-se num contexto em que se impôs à população a escola única oficial [...]” (DUARTE, 1995, p. 56)

Somos um dos poucos países do mundo com tamanha concentração de terras, herança do Brasil colonial.

As origens dessa distribuição desigual de terras em nosso país estão em seu passado colonial. As capitanias hereditárias, que inseriram o Brasil no sistema colonial mercantilista, foram os primeiros latifúndios brasileiros: a colônia foi dividida em quinze grandes lotes entre doze donatários. A expansão da lavoura açucareira no litoral manteve o latifúndio como uma de suas características, ao lado da monocultura e da escravidão da mão de obra africana no sistema de plantation voltados a exportação. Portanto, a ocupação das terras brasileiras aponta para um acentuada concentração de terras. Foi a Lei de Terras, promulgada em 18 de agosto de 1850, que praticamente instituiu a propriedade privada da terra no Brasil (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p .406).

Por isso é muito importante fazer distinção entre uma educação que tenta colonizar os camponeses e os demais povos do campo em detrimento do modelo educacional que tenta libertar esses povos. Nesse interstício as finalidades educacionais mostravam o meio rural como um espaço retardado, e por isso a heterogeneidade de seus moradores não era levada em conta. A partir da década de 80 a ascensão dos movimentos sociais e também das discussões a respeito dos caminhos a serem traçados pela sociedade, provocaram trocas na nomenclatura, passando então a colocar o indivíduo, a instituição escolar, o conhecimento, e o espaço como pautas principais, fazendo com que o modo de pensar da educação rural, se tornasse então uma educação do/no campo (LACERDA; JUNIOR, 2021).

“A Educação do Campo com o propósito de construir uma escola engajada em um projeto popular vem ressignificando a teoria e a prática da educação rural, desta forma o campo passa a ser entendido para

além da produção agrícola, passa a ser um espaço de produção de relações.” (CALDART, 2012).

Neste sentido percebe-se a divergência entre ambos os modelos educacionais, tal para Rocha o termo rural remete:

As políticas, teorias e práticas que orientam o modelo escolar adotado para as populações que produzem suas vidas em torno da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca. Este modelo se caracteriza pela precariedade física, pedagógica e administrativa. O termo Educação do Campo se articula com projetos que visam superar esta situação bem como criar outras possibilidades de se fazer a escola (ROCHA, 2010, p. 394).

Educação no campo nasceu em contraposição à Educação Rural. Segundo Souza (2006, p.16) “ela nasceu de pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, “[...] determinando seus destinos na construção de suas ideologias, suas visões de mundo”.

Interessante mencionar que esse modelo é subsidiada pela luta dos movimentos sociais por parte das comunidades rurais, dos pequenos agricultores, dos ribeirinhos, dos indígenas e dos quilombolas. Logo, volta-se a buscar direitos daqueles trabalhadores organizados, que vão exigir do Estado o direito de ter uma educação de qualidade. “Portanto, nasce das lutas sociais e das práticas de educação dos povos do e no campo. É uma perspectiva na contramão das concepções de escola e de projeto de educação proposta pelo sistema capitalista” (MOLINA; SÁ, 2012).

Interessante ressaltar que a Educação do Campo é um dos principais pilares de luta de todos os povos do campo (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc), pois sem uma educação do campo de qualidade, a vida no campo se torna praticamente impossível. Segundo Paulina (apud MOLINA, 2015, p.117) “a Educação no campo precisa valorizar ainda mais a realidade de quem vive e trabalha na terra, fortalecer o vínculo do professor com a escola e oferecer mais vagas

tanto na segunda etapa do Ensino Fundamental como no Médio”.

Nas palavras de Caldart (apud KOLLING, OSFS, 2002, p. 28), “a Educação do Campo deve propiciar ao educando formas de aprender a pensar sobre educação que interessa a ele como ser humano, sujeito de diferentes culturas, classe trabalhadora do campo, sujeito das transformações necessárias em nosso país e cidadão do mundo”.

Assim, o campo como território educativo pode ser um território com muito mais oportunidades de aprendizagem do que a cidade, uma vez que este possibilita atividades práticas, tendo contato direto com o objeto de estudo (como por exemplo a criação de uma horta agroecológica, entre outras coisas). Neste sentido a educação no campo tem uma certa vantagem por ser um território bem mais educativo do que por exemplo um urbano (SANTOS, 2020).

Todavia, com o passar dos anos e o esvaziamento do campo, ocasionado pelo processo de urbanização e industrialização, a maioria das escolas rurais, em algumas regiões a sua totalidade, não conseguiram continuar suas atividades e acabaram fechando suas portas. Assim, não resta outra alternativa àqueles que permanecem na zona rural senão ir em busca da escola na cidade mais próxima, com a utilização de seus próprios meios e recursos. É possível observar diante desse cenário, um aumento no isolamento e na complexidade para que as comunidades rurais tenham acesso à educação (OLIVEIRA; DALMAGRO, 2014).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados da pesquisa foram coletados através de uma pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa foi desenvolvida dentro de uma perspectiva qualitativa para melhor análise do problema. Este tipo de pesquisa busca compreender com maior profundidade o fenômeno a ser estudado. A pesquisa qualitativa tem

como objetivo principal interpretar o fenômeno observado.

Segundo Gil (2008) entende-se que o objetivo da pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto que é ainda pouco conhecido e explorado. Desta maneira, ao término da pesquisa, tem-se mais de conhecimento sobre o assunto e informações. A pesquisa bibliográfica é um dos primeiros estudos entre os outros tipos de pesquisa, para poder começar um trabalho científico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Educação a Distância funciona como uma modalidade de ensino e estudo que já está presente há bastante tempo no Brasil e o seu crescimento vem apresentando resultados importantes nos últimos tempos. Esse crescimento tem sido sustentado porque existe um desenvolvimento diário de novas tecnologias, em especial as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para melhoria da qualidade de ensino. A legislação brasileira, através do Decreto nº 5.622/2005, em seu artigo 1º, estabelece: “a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos” (BRASIL, 2005).

É importante destacar que este decreto tem como objetivo principal regulamentar o artigo nº 80 da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nesse mesmo sentido deste dispositivo legal, para a Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED (2014) uma EaD é “Entendida como a modalidade educacional em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas majoritariamente (e, em bom número de casos, exclusivamente) sem que alunos e professores estejam

presentes no mesmo lugar, na mesma hora” (ABED, 2014, p. 19).

A Educação a Distância voltada para a educação de alunos da zona rural precisa proporcionar condições mais favoráveis para que seja efetivada uma aprendizagem consistente pelo aluno, em dias, horários e ritmos que atendam as particularidades de cada aluno. Pois, a jornada de trabalho no campo normalmente se começa muito cedo, antes mesmo do sol nascer, com trabalhos voltados para a ordena e alimentação dos animais, esses são apenas alguns dos exemplos mais simples. É uma rotina dura e cansativa e que exige do aluno os sete dias da semana. A EaD pensada justamente em atender a esse público da população rural deve contemplar, além da flexibilidade para se realizar as atividades inerentes a qualquer hora, deve ser dotada de componentes curriculares que estejam relacionados a sua realidade, que os ajude a resolver seus desafios do cotidiano (ARAÚJO; JORGE, 2015).

Todavia, o uso das TIC's não é algo tão simples como a grande maioria pensa. De repente, discentes e docentes foram colocados diante de um desafio enorme de manutenção do processo de ensino e aprendizagem de forma remota, principalmente por causa da pandemia. Para os primeiros, a dificuldade surge logo pelos problemas enfrentados no campo brasileiro, à desigualdade social e econômica e escassez de recursos, e isso proporciona um cenário baixo de afluxo e participação nas disciplinas. Muitos não possuem a infraestrutura material adequada (computador e internet) e, por isto, acompanham as disciplinas via aparelho celular e com internet sem qualidade (SANTOS, 2020).

Além disso, ainda existem outros desafios que surgem em decorrência de antigos debates e receios frente ao avanço das novas tecnologias no âmbito educacional, necessidade de readaptação diante de um cenário completamente novo, e também não podemos deixar de lado nesse momento o dispêndio que passou

a ser arcado pelos docentes, que utilizam de seus próprios recursos para que as aulas continuem, uma vez em que a sala de aula acabou se tornando a sua própria residência (SILVA; SILVA; SANTOS, 2022).

A educação, como elemento importante nos processos de inclusão, não tem a necessidade de se furtar a esta reflexão, sem o peso de experimentar em seu interior novos problemas em um futuro pós-pandêmico. Dar o devido valor a ampliação do uso das TIC's no âmbito rural é uma alternativa adequada e mais propícia para esse momento, mas que necessita de adequações múltiplas, e resoluções das discussões a respeito de integração, mais expressivos nesta aposta (ARAÚJO; JORGE, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As compreensões levantadas nesse trabalho, permitem afirmar que a Educação a Distância funciona como alternativa viável para levar o conhecimento às comunidades camponesas e atender as necessidades daqueles que trabalham constantemente em suas propriedades. No entanto, existe um grande caminho a ser percorrido até que isso se concretize de forma geral. Não se pode deixar de lado a parcial ou total inexistência de infraestrutura adequada para que esse objetivo seja alcançado, bem como a sua relativa inadequação quando existe, pois para constatar é preciso apenas observar um dos tantos assentamentos de reforma agrária existentes no Brasil.

Apesar dos avanços apresentados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), é preciso destacar que os seus benefícios permanecem, na maioria dos casos, condicionados ao espaço urbano e a uma parcela privilegiada da sociedade que tem a seu dispor uma melhor estrutura e sinal de internet de qualidade.

A ausência ou o baixo índice da presença de Educação a Distância que é constatada na realidade rural brasileira somente transparece com clareza a baixa

priorização, em todos os sentidos, que os governos têm dado às necessidades da massa camponesa, em especial à educação no campo.

REFERÊNCIAS

ABED, Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2013. 1ª ed. Curitiba: IBPEX, 2014. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead2013/CENSO_EAD_2013_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 26 de ago. 2022.

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves; Rigolin, Tércio Barbosa. **Geografia**. São Paulo: Ática, 2002.

ARAÚJO, Geisiane dos Santos; JORGE, Maria Eliza Nigro. A educação a distância (EAD) como alternativa para levar o conhecimento às comunidades rurais. **Colloquium Humanarum**, vol. 12, n. Especial, 2015, p. 01-09.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Dezembro de 2005.

CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

DUARTE, Geni Rosa. **A Civilização pela Escola**: quem civilizar? Rumo ao Campo: A Civilização pela Escola. São Paulo, PUC/SP. 1995. p.56-97 .

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACERDA, Tiago Eurico de; JUNIOR, Raul Greco. **Educação remota em tempos de pandemia**: ensinar, aprender e ressignificar a educação [livro eletrônico] – 1.ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MOLINA, M. C. **Educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. Viçosa: Educação e perspectiva, v.6, n.2, p. 378-400, jul/dez, 2015.

OLIVEIRA, Marcos A. de; DALMAGRO, Sandra L. A Questão Agrária, a Educação do Campo e os Projetos em Disputa. **Revista Reflexão e Ação**, v. 22, n. 2, p. 94-119. Santa Cruz do Sul. Jul./Dez. 2014.

ROCHA, M. I. A. **Educação do campo**: convergências e Tensões no campo da formação e do Trabalho docente In: SOARES, L. [et al.] **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Dossiê educação do campo**: documentos 1998-2018. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

SILVA, Fabrícia de Castro; SILVA, Maurício Fernandes da; SANTOS, Michelli Ferreira dos. **Ciências humanas e sociais**. – Teresina-PI: EDUFPI, 2022.

SIMÕES, Willian; TORRES, Miriam Rosa. **Educação do campo**: por uma superação da educação rural no Brasil. Curitiba, 2011.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação proposta e práticas pedagógicas MST**. Petrópolis, RJ: vozes, 2006.